

DETALHE - POSTE
escala: s/e



LEGENDA

ILUMINAÇÃO

— POSTE DE CONCRETO DUPLO "T", RESISTÊNCIA NOMINAL DE 150kg, ALTURA TOTAL: 2m, PESO APROXIMADO DE 470kg.

— POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, RESISTÊNCIA NOMINAL DE 200kg, ALTURA TOTAL: 11m, ALTURA CIL: 9,30m, PESO APROXIMADO DE 700kg, COM LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE 150W.

QUADROS E CAIXAS

— CAIXA METÁLICA COM TAMPA EM POLICARBONATO DEBA, MEDIDA INTERIORE: PADRÃO CECEL.

ELETRODUTOS

— ELETRODUTO EM PVC RIGIDO ROSCAREL, ANTONOVA, CLASSE II, IMPLANTADO EM LAJE OU ALVENARIA, FASE, TENSÃO, MANEJO, DADO OU EQUIVALENTE TÉCNICO, SEÇÃO NOMINAL, QUANDO NÃO INDICADA EM PROJETO, SEGUNDO A NBR 14718.

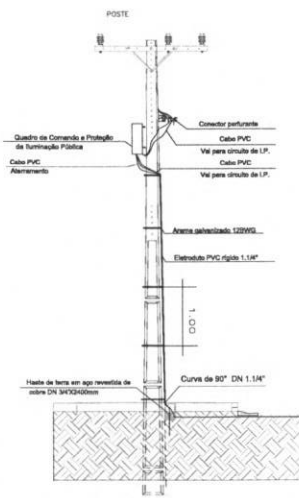
— ELETRODUTO EM PVC RIGIDO ROSCAREL, ANTONOVA, CLASSE II, APARENTE FINADO NO ENCRUAMENTO, FASE, TENSÃO, MANEJO, DADO OU EQUIVALENTE TÉCNICO, SEÇÃO NOMINAL, QUANDO NÃO INDICADA EM PROJETO, SEGUNDO A NBR 14718.

— ELETRODUTO EM PVC RIGIDO ROSCAREL, ANTONOVA, CLASSE II, IMPLANTADO NO PISO, FASE, TENSÃO, MANEJO, DADO OU EQUIVALENTE TÉCNICO, SEÇÃO NOMINAL, QUANDO NÃO INDICADA EM PROJETO, SEGUNDO A NBR 14718.

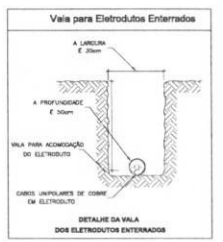
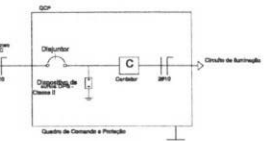
FLAÇÃO

— INDICAÇÃO DE FASE, NEUTRO, RETORNO E TERRA RESPECTIVAMENTE, CONDUTORES TRIFÁSICOS, ANTONOVA, CLASSE DE ISOLAMENTO 1000V, ISOLAÇÃO EM PVC 70°, ENCRUAMENTO CLASSE 2, FASE, NEUTRO, TENSÃO, DE OU EQUIVALENTE TÉCNICO, COR NOMINAL PARA A FASE "F", NEUTRO PARA A FASE "N", ALÇA CLARA PARA O CONDUTOR NEUTRO, AMARRADO PARA O RETORNO E VEDAÇÃO DO VEDADO PARA O CONDUTOR DE PROTEÇÃO (TERRA), SEÇÃO NOMINAL, QUANDO NÃO INDICADA EM PROJETO, SEGUNDO A NBR 14718.

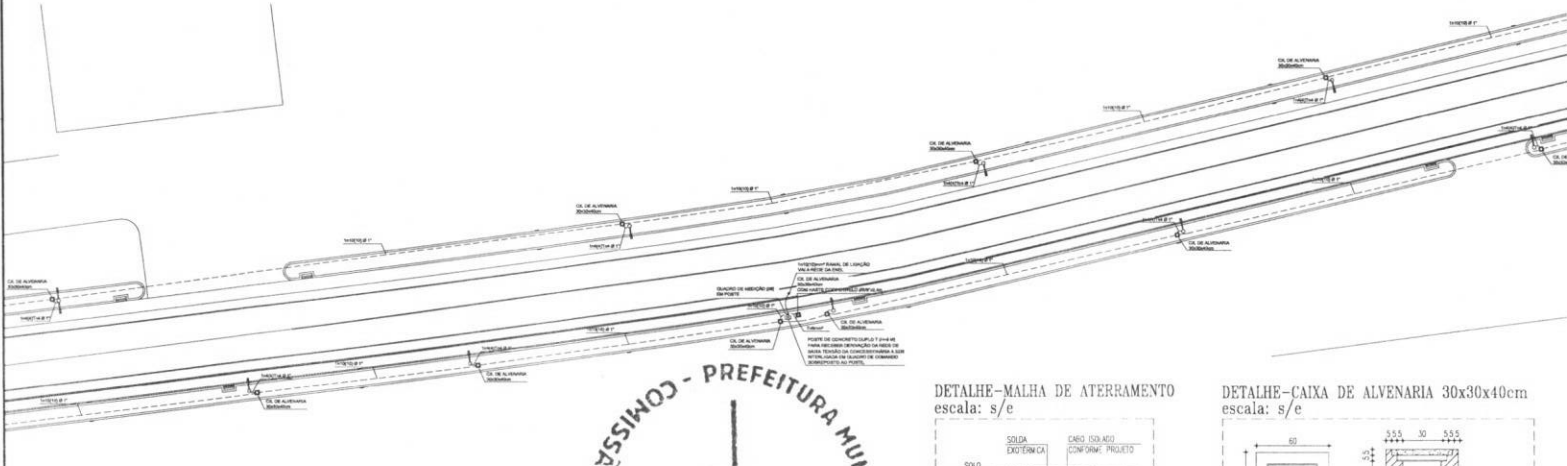
— ENCRUAMENTO CLASSE 2, FASE, NEUTRO, TENSÃO, DE OU EQUIVALENTE TÉCNICO, CABO COM SEÇÃO DE 10" mm² PARA OS CONDUTORES FASE (COR NOMINAL PARA A FASE "F", NEUTRO PARA A FASE "N", BARRA PARA A FASE "N" CABO COM SEÇÃO DE 10" mm² PARA O CONDUTOR NEUTRO (COR ALÇA CLARA), CABO COM SEÇÃO DE 10" mm² PARA O CONDUTOR DE PROTEÇÃO (TERRA) (COR VERDE OU VERDE-AMARELO).



DETALHES DO POSTE "DUPLO T", QUADRO DE COMANDO E VALA DE ATERRAMENTO

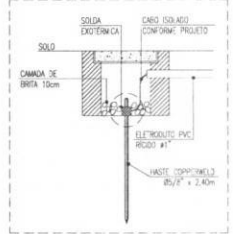


- Notas Gerais**
- 1 - Eletrodutos embutidos no solo serão do tipo rígido roscável de 1";
 - 2 - A fiação dos circuitos elétricos foi dimensionada considerando a queda máxima de tensão permitida pela ABNT NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão com base na distância crítica entre a alimentação e o poste mais distante, considerando as perdas de tensão em cada trecho.
 - 3 - Os condutores que interligam as caixas de passagem às luminárias de cada poste, serão constituídos de cabo de cobre com isolamento EPR ou PVC de 0,6/1 kv com seção de #4,0 mm².
 - 4 - Os condutores que interligam as caixas de passagem entre postes serão constituídos de cabo de cobre com isolamento EPR ou PVC de 0,6/1 kv com seção de #10,0 mm².
 - 5 - Em todo eletroduto subterrâneo, os condutores deverão ser de cobre, classe 0,6/1kv, isolamento em EPR ou PVC, temperatura 90°C.
 - 6 - A seção do condutor neutro é igual ao da fase do circuito, salvo indicação contrária.
 - 7 - Junto a cada poste será instalada uma haste de aterramento para aterramento dos mesmos.
 - 8 - A caixa de Comando e Proteção deverá ser aterrada através de 3 hastes instaladas junto a base do poste onde a mesma será instalada.
 - 9 - Cada uma das derivações será interligada em um quadro de comando e proteção da iluminação pública, instalada no mesmo poste onde será feita tal derivação. Ainda deverá ser instalado no mesmo poste quadro de medição padrão da concessionária local.
 - 10 - Serão instaladas luminárias de led para iluminação pública 150w, variação 10%, potência, temp. de cor branco frio, jrc: > 70, tensão de entrada: bivolt, fator de potência: > 0,95, proteção contra surto: 10kv, vida útil: mínimo 50.000h, índice de proteção (ip): mínimo ip 66, fluxo luminoso: mínimo 17.250 lm, corpo: carcaça de alumínio ou aço e ângulo de projeção de iluminação de 125°.
 - 11 - Os braços das luminárias deverão ser instalados com ângulo de 105° em relação ao poste de modo a ampliar a área a ser iluminada por cada luminária.
 - 12 - Foi previsto no projeto em questão, a escavação de valas com profundidade de 50cm e largura de 30cm para assentamento de eletrodutos, bem como a execução de serviços de reaterro e recuperação do asfalto onde o mesmo sofrer cortes.
 - 13 - As instalações elétricas deverão ser executadas respeitando os padrões de qualidade e segurança estabelecidos na norma NBR5410:2004.



1 TRECHO 10
ESC.: SEM ESCALA

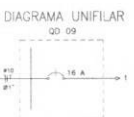
DETALHE-MALHA DE ATERRAMENTO
escala: s/e



DETALHE-CAIXA DE ALVENARIA 30x30x40cm
escala: s/e



DETALHE-SOLDAS EXOTÉRMICAS
escala: s/e



Quadro de Cargas

Ord.	Descrição	Quantidade	Voltagem	Tensão	Ph	Demanda	Fac.	Corr.	Fases	Prod.	Condi.	Fases	Obs.
1	Iluminação Geral	14	127V	1500W	3	2100	100%	0,94	1	18	10,0	A	
						2100		0,94		1418		A	



VISUALIZAÇÃO 3D

[Handwritten Signature]
ENGENHEIRO CIVIL
 CREA Nº 061990436-4

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL

PROJETO:

FOLHA **P25** / 29

PROJETO: URBANIZAÇÃO DAS ENTRADAS DA CIDADE DE TAMBORIL LOCAL: CE 266 - SENTIDO CRATEJUS, TAMBORIL-CE

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL

RESPONSÁVEL: RUBRICA

DESENHO: CÓPIA

VISTO:

ESCALAS: SEM ESCALA

DESENHO(S): PLANTA ELÉTRICA DO TRECHO 10

DETALHES:

HISTÓRICO DE REVISÕES

DATA: 12/03/23

Prefeitura de Tamboril

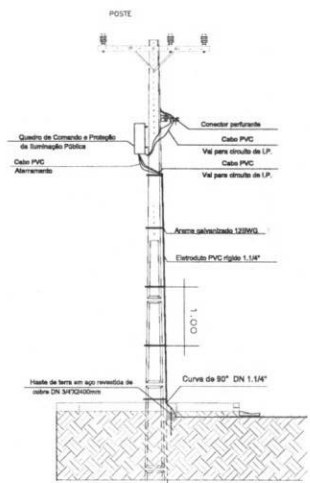
DETALHE - POSTE
ESCALA: s/e



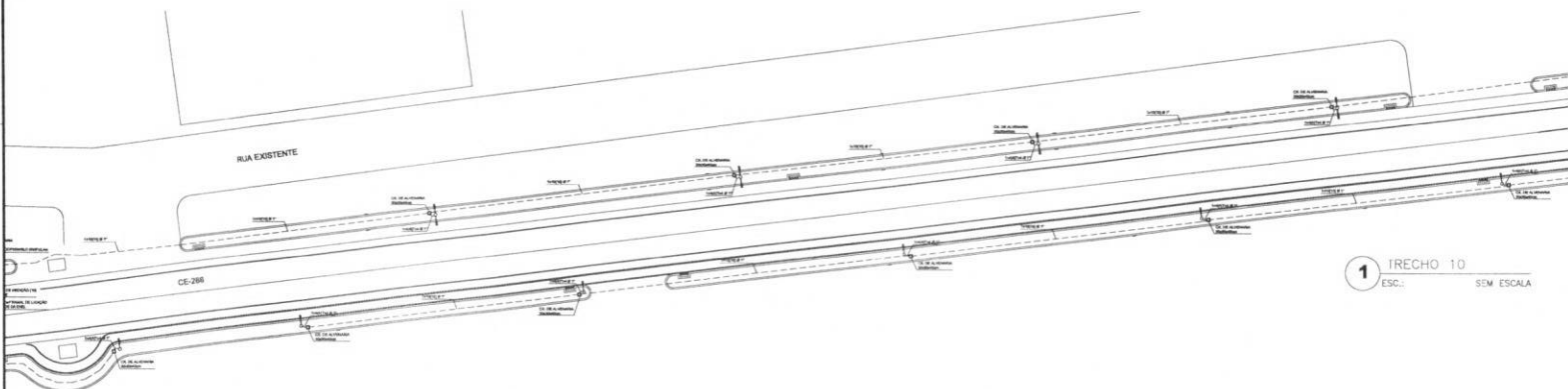
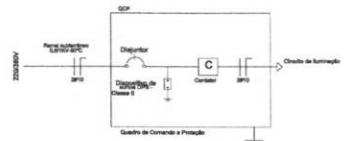
LEGENDA

ILUMINAÇÃO

- POSTE DE CONCRETO DUPLO "T", RESISTÊNCIA NOMINAL DE 150kg, ALTURA TOTAL: 9m, PESO APROXIMADO DE 470kg.
- POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, RESISTÊNCIA NOMINAL DE 200kg, ALTURA TOTAL: 11m, ALTURA ÚTIL: 9,30m, PESO APROXIMADO DE 700kg, COM LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE 150W.
- CIMA METÁLICA COM TAMPA DE POLICARBONATO ENBAIXADO, TIPO BICO, C/CLASSE.
- CIMA DE PASSAGEM EM ALVENARIA, DIMENSÕES INTERNAS 30x30x40cm, FUNDO EM 15cm DE BOTA COM O NOME "LETRIC" INSCRITO NA TAMPA, CONFORME DETALHE.
- ELETRODUTO
- ELETRODUTO EM PVC RIGIDO ROSCÁVEL, ANTONIMA, CLASSE II, EMBITUDO EM LAJE DE ALVENARIA, FASE, TORÇÃO, ANELOS, DADOS DO EQUIVALENTE TÉCNICO, SEÇÃO NOMINAL, QUANDO NÃO INDICADA EM PROJETO, SEJA: A 1/4".
- ELETRODUTO EM PVC RIGIDO ROSCÁVEL, ANTONIMA, CLASSE III, APARENTE, FIBRO OU ADOBERADO, FASE, TORÇÃO, ANELOS, DADOS DO EQUIVALENTE TÉCNICO, SEÇÃO NOMINAL, QUANDO NÃO INDICADA EM PROJETO, SEJA: A 1/4".
- ELETRODUTO EM PVC RIGIDO ROSCÁVEL, ANTONIMA, CLASSE III, EMBITUDO NO POSTE, FASE, TORÇÃO, ANELOS, DADOS DO EQUIVALENTE TÉCNICO, SEÇÃO NOMINAL, QUANDO NÃO INDICADA EM PROJETO, SEJA: A 1/4".
- ELETRODUTO QUE SOBRE.
- FIAÇÃO
- ANGAÇÃO DE FASE, NEUTRO, RETORNO E TERRA RESPECTIVAMENTE, CONDUTOR TIPO ANTONIMA, CLASSE DE ISOLAMENTO TÍPICO, ISOLADO EM PVC 70°, ENCAMENTAMENTO CLASSE II, FASE: 17mm² PARA A FASE "F", 17mm² PARA O CONDUTOR NEUTRO, ANELOS PARA A FASE "F", BRANCA PARA A FASE "N", AZUL PARA O CONDUTOR NEUTRO, ANELOS PARA O RETORNO E VERDE-AMARELO PARA O CONDUTOR DE PROTEÇÃO (TERRA), SEÇÃO NOMINAL, QUANDO NÃO INDICADA EM PROJETO, SEJA: A 2,5mm².
- ENCAMENTAMENTO CLASSE II, FASE: 17mm² PARA A FASE "F", 17mm² PARA O CONDUTOR NEUTRO, ANELOS PARA A FASE "F", BRANCA PARA A FASE "N", AZUL PARA O CONDUTOR NEUTRO, ANELOS PARA O RETORNO E VERDE-AMARELO PARA O CONDUTOR DE PROTEÇÃO (TERRA), SEÇÃO NOMINAL, QUANDO NÃO INDICADA EM PROJETO, SEJA: A 2,5mm².

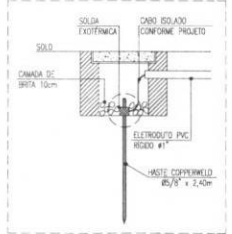


DETALHES DO POSTE "DUPLO T", QUADRO DE COMANDO E VALA DE ATERRAMENTO



1 TRECHO 11
ESCALA: SEM ESCALA

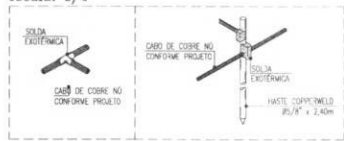
DETALHE-MALHA DE ATERRAMENTO
escala: s/e



DETALHE-CAIXA DE ALVENARIA 30x30x40cm
escala: s/e



DETALHE-SOLDAS EXOTÉRMICAS
escala: s/e



- Notas Gerais**
- Eletrodutos embutidos no solo serão do tipo rígido roscável de 1".
 - A fiação dos circuitos elétricos foi dimensionada considerando a queda máxima de tensão permitida pela ABNT NBR 5410 - instalações elétricas de baixa tensão com base na distância crítica entre a alimentação e o ponto mais distante, considerando as perdas de tensões em cada trecho.
 - Os condutores que interligaram as caixas de passagem as luminárias de cada poste serão constituídos de cabo de cobre com isolamento EPR ou PVC de 0,6/1 kv com seção de #4,0 mm².
 - Os condutores que interligaram as caixas de passagem entre postes serão constituídos de cabo de cobre com isolamento EPR ou PVC de 0,6/1 kv com seção de #10,0 mm².
 - Em todo eletroduto subterrâneo, os condutores deverão ser de cobre, classe 0,6/1kV, isolamento em EPR ou PVC, temperatura 90°C.
 - A seção do condutor neutro é igual ao da fase do circuito, salvo indicação contrária.
 - Junto a cada poste será instalada uma haste de aterramento para aterramento dos mesmos.
 - A caixa de Comando e Proteção deverá ser aterrada através de 3 hastes instaladas junto a base do poste onde a mesma será instalada.
 - Cada uma das derivações será interligada em um quadro de comando e proteção da iluminação pública, instalada no mesmo poste onde será feita tal derivação. Ainda deverá ser instalado no mesmo poste quadro de medição padrão da concessionária local.
 - Serão instaladas Luminárias de led para iluminação pública 150w, variação 10% potência, temp. de cor: branco frio ,icc: > 70, tensão de entrada: bivolt, fator de potência: > 0,85, proteção contra surto: 10kv, vida útil: mínimo 50.000hrs, índice de proteção (ip): mínimo ip 66, fluxo luminoso: mínimo 17.250 lm, corpo: carcaça de alumínio ou aço e ângulo de projeção de iluminação de 125°.
 - Os braços das luminárias deverão ser instaladas com ângulo de 105° em relação ao poste de modo a ampliar a área a ser iluminada por cada luminária.
 - Foi previsto no projeto em questão, a escavação de valas com profundidade de 50cm e largura de 30cm para assentamento de eletrodutos, bem como a execução de serviços de reaterro e recuperação do asfalto onde o mesmo sofrer cortes.
 - As instalações elétricas deverão ser executadas respeitando os padrões de qualidade e segurança estabelecidos na norma NBR5410:2004.

VISUALIZAÇÃO 3D

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL

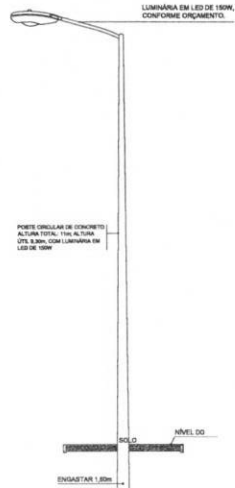
PROJETO:

FOLHA P26	PROJETO: URBANIZAÇÃO DAS ENTRADAS DA CIDADE DE TAMBORIL LOCAL: CE 266 - SENTIDO CRATEÚS, TAMBORIL-CE
/29	PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL
RESPONSÁVEL	RUBRICA
DESENHO	
CÓPIA	
VISTO	
ESCALAS SEM ESCALA	DESENHO(S) PLANTA ELÉTRICA DO TRECHO 11 DETALHES

Prefeitura de Tamboril

RESPONSÁVEL: DATA: ALUNO DE REGISTRO: 06/09/2023: 130023

DETALHE - POSTE
escala: s/e



LEGENDA

ILUMINAÇÃO

- POSTE DE CONCRETO DUPLA "T", RESISTÊNCIA NOMINAL DE 150kg, ALTURA TOTAL: 9m, PESO APROXIMADO DE 470kg
- POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, RESISTÊNCIA NOMINAL DE 200kg, ALTURA TOTAL: 11m, ALTURA C/TL: 9,30m, PESO APROXIMADO DE 790kg, COM LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE 150W

QUADROS E CAIXAS

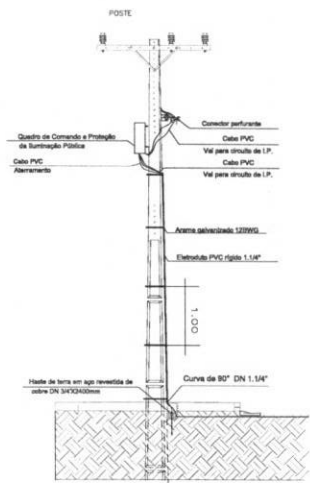
- CAIXA METÁLICA COM TAMPA EM POLICARBONATO ENBALETADEO, PARAFUSO COCOTE;
- CAIXA DE PROTEÇÃO EM ALVENARIA, DIMENSÕES INTERNAS 30x30x40cm, FUNDO EM 15cm DE BRITA COM O NOME "ELETRO" INCRUSTADO NA TAMPA, CONFORME DETALHE;

ELETROTUTOS

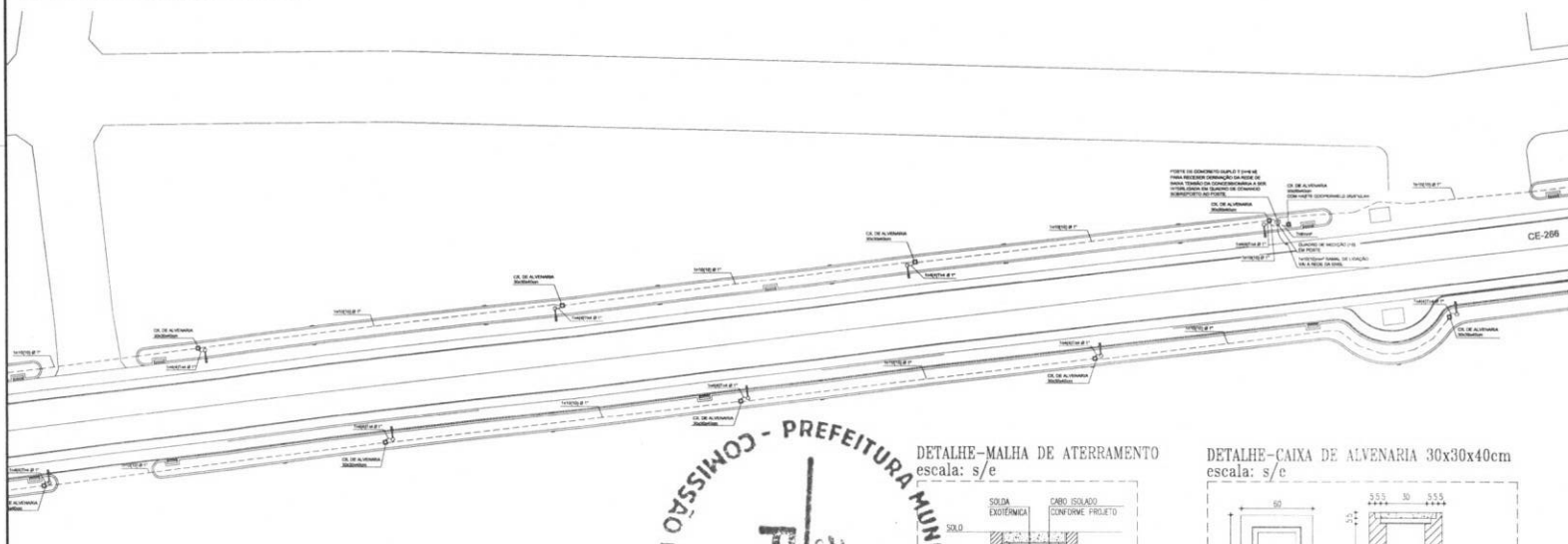
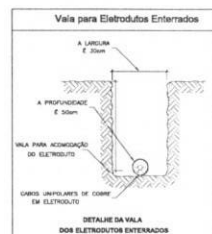
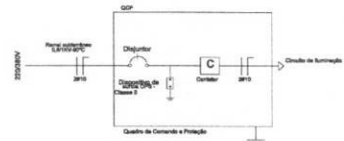
- ELETROTUTO EM PVC REDEO ROSCÁVEL, ANTONINA, CLASSE II, TAMBÉM EM LAJE OU ALVENARIA, FASE, TERMO, MANEJO, SÓCO OU EQUIVALENTE TÉCNICO SEÇÃO NOMINAL, QUANDO NÃO INDICADA EM PROJETO, IGUAL A 1/2" x 1/4";
- ELETROTUTO EM PVC REDEO ROSCÁVEL, ANTONINA, CLASSE II, APRESENTE FUNDO NO ADEQUAMENTO FASE, TERMO, MANEJO, SÓCO OU EQUIVALENTE TÉCNICO SEÇÃO NOMINAL, QUANDO NÃO INDICADA EM PROJETO, IGUAL A 1/2" x 1/4";
- ELETROTUTO EM PVC REDEO ROSCÁVEL, ANTONINA, CLASSE II, TAMBÉM NO PISO, FASE, TERMO, MANEJO, SÓCO OU EQUIVALENTE TÉCNICO SEÇÃO NOMINAL, QUANDO NÃO INDICADA EM PROJETO, IGUAL A 1/2" x 1/4";
- ELETROTUTO QUE SONE.

FIANÇA

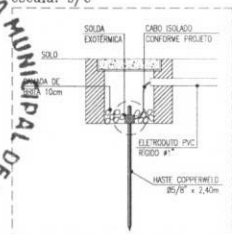
- ASSOCIAÇÃO DE FASE, NEUTRO, RETORNO E TERRA RESPECTIVAMENTE, CONDUTOR TIPO ANTONINA, CLASSE DE ISOLAMENTO TERMO, ISOLAÇÃO EM PVC DE ENCAMENTAMENTO CLASSE II, FASE, PROTEÇÃO, FICAP, SE OU EQUIVALENTE TÉCNICO, COM VERMEDELA PARA A FASE "N", PRETA PARA A FASE "F", VERMELHA PARA A FASE "F", AZUL PARA O CONDUTOR NEUTRO, AMARELO PARA O RETORNO E VERDE OU VERDE-AMARELO PARA O CONDUTOR DE PROTEÇÃO (TERRA), SEÇÃO NOMINAL, QUANDO NÃO INDICADA EM PROJETO, IGUAL A 2,5mm²;
- ENCAMENTAMENTO CLASSE II, FASE, PROTEÇÃO, FICAP, SE OU EQUIVALENTE TÉCNICO, CABO COM SEÇÃO DE 1,5mm² PARA OS CONDUTORES FASE, COM VERMEDELA PARA A FASE "N", PRETA PARA A FASE "F", VERMELHA PARA A FASE "F", AZUL PARA O CONDUTOR NEUTRO, AMARELO PARA O RETORNO E VERDE OU VERDE-AMARELO PARA O CONDUTOR DE PROTEÇÃO (TERRA), SEÇÃO NOMINAL, QUANDO NÃO INDICADA EM PROJETO, IGUAL A 2,5mm²;



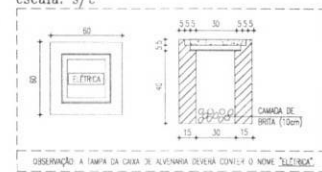
DETALHES DO POSTE "DUPLA T", QUADRO DE COMANDO E VALA DE ATERRAMENTO



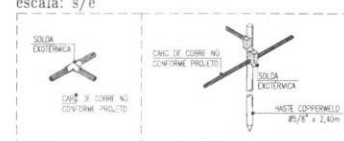
DETALHE-MALHA DE ATERRAMENTO
escala: s/e



DETALHE-CAIXA DE ALVENARIA 30x30x40cm
escala: s/e

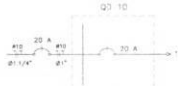


DETALHE-SOLDAS EXOTÉRMICAS
escala: s/e



1 TRECHO 12
-SC- SEM ESCALA

DIAGRAMA UNIFILAR
Q3 10



Quadro de Cargas

Ord.	Descrição	Luminária										Pot.	Demanda (D)	Fator Pot.	Corr.	Fase	Prot.	Cabo	Fase	Seção	Obs.
		SW	7W	15W	25W	35W	40W	50W	60W	70W	80W										
1	Iluminação Geral												3300	1028	18	100	15	20	150,0	A	
													3300			15	120		A		

- Notas Gerais**
- 1 - Eletrodutos embutidos no solo serão do tipo rígido roscaável de 1";
 - 2 - A fiação dos circuitos elétricos foi dimensionada considerando a queda máxima de tensão permitida pela ABNT NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão com base na distância crítica entre a alimentação e o poste mais distante, considerando as perdas de tensões em cada trecho.
 - 3 - Os condutores que interligaram as caixas de passagem das luminárias de cada poste serão constituídos de cabo de cobre com isolamento EPR ou PVC de 0,6/1 kv com seção de #4,0 mm².
 - 4 - Os condutores que interligaram as caixas de passagem entre postes serão constituídos de cabo de cobre com isolamento EPR ou PVC de 0,6/1 kv com seção de #10,0 mm².
 - 5 - Em todo eletroduto subterrâneo, os condutores deverão ser de cobre, classe 0,6/1KV, isolamento em EPR ou PVC, temperatura 90°C.
 - 6 - A seção do condutor neutro é igual ao da fase do circuito, salvo indicação contrária.
 - 7 - Junto a cada poste será instalada uma haste de aterramento para aterramento dos mesmos.
 - 8 - A caixa de Comando e Proteção deverá ser atarrada através de 3 hastes instaladas junto a base do poste onde a mesma será instalada.
 - 9 - Cada uma das derivações será interligada em um quadro de comando e proteção da iluminação pública, instalada no mesmo poste onde será feita tal derivação. Ainda deverá ser instalado no mesmo poste quadro de medição padrão da concessionária local.
 - 10 - Serão instaladas Luminárias de led para iluminação pública 150w, variação 10% potência, temp. de cor: branco frio jrc; > 70, tensão de entrada: bivoit, fator de potência: > 0,95, proteção contra surto: 10kV-vida útil: mínimo 50.000hs, índice de proteção (ip): mínimo ip 65, fluxo luminoso: mínimo 17.250 lm, cor: carga de alumínio ou aço e angulo de projeção de iluminação de 125°.
 - 11 - Os braços das luminárias deverão ser instaladas com ângulo de 105° em relação ao poste de modo a ampliar a área a ser iluminada por cada luminária.
 - 12 - Foi previsto no projeto em questão, a escavação de valas com profundidade de 50cm e largura de 30cm para assentamento de eletrodutos, bem como a execução de serviços de reaterro e recuperação do asfalto onde o mesmo sofrer cortes.
 - 13 - As instalações elétricas deverão ser executadas respeitando os padrões de qualidade e segurança estabelecidos na norma NBR5410:2004.

VISUALIZAÇÃO 3D

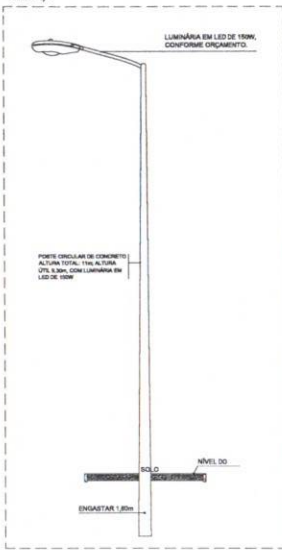
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL

PROJETO:

FOLHA P27 / 29	PROJETO URBANIZAÇÃO DAS ENTRADAS DA CIDADE DE TAMBORIL LOCAL - CE 266 - SENTIDO CRATEÚS, TAMBORIL-CE
DESENHO	RESPONSÁVEL RUBRICA
CÓPIA	
VISTO	
ESCALAS SEM ESCALA	DESENHO(S) PLANTA ELÉTRICA DO TRECHO 12 DETALHES
RESPONSÁVEL	DATA
12/02/2023	12/02/23

Prefeitura de Tamboril

DETALHE - POSTE



LEGENDA

ILUMINAÇÃO

- POSTE DE CONCRETO DUPLA "T", RESISTÊNCIA NOMINAL DE 150kg, ALTURA TOTAL: 8m, PESO APROXIMADO DE 470kg.
POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, RESISTÊNCIA NOMINAL DE 200kg, ALTURA TOTAL: 11m, ALTURA C/IL: 9,30m, PESO APROXIMADO DE 790kg, COM LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE 150W.

QUADROS E CAIXAS

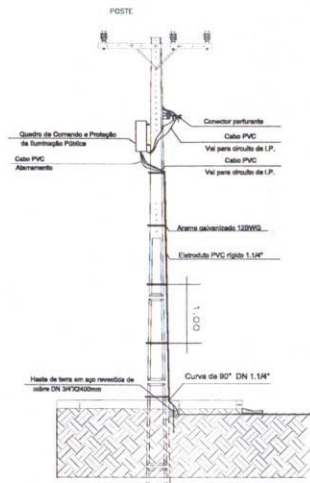
- CAIXA METÁLICA COM TAMPA EM POLICARBONATO 30x30x40cm, PISO DO C/AL.
CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA, DIMENSÕES INTERNAS 30x30x40cm, FUNDO EM 15cm DE BRITA COM O NOME "ELETRICA" ACRIADO NA TAMPA, CONFORME DETALHE.

ELETRODUTOS

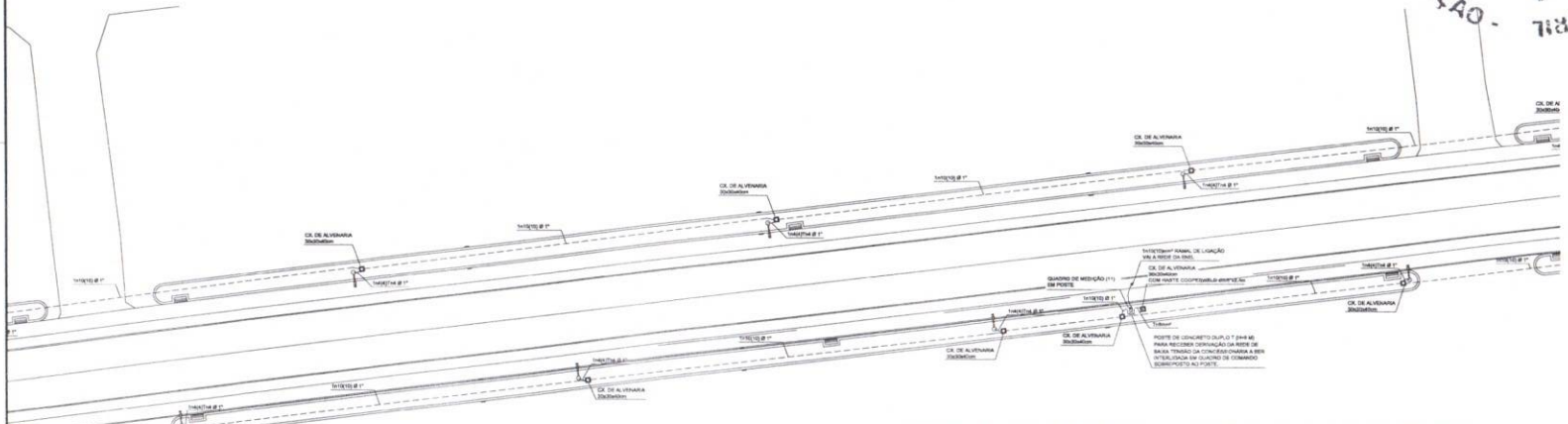
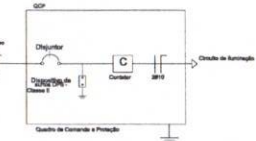
- ELETRODUTO EM PVC RESÍDUO RESISTENTE, ANTICHAMA, CLASSE B, LIMITADO EM LATE OU ALVENARIA.
ELETRODUTO EM PVC RESÍDUO RESISTENTE, ANTICHAMA, CLASSE B, APARENTE ENTERRADO NO INDICAMENTO DE PROFUNDIDADE, ESCALA: A 43/45.
ELETRODUTO EM PVC RESÍDUO RESISTENTE, ANTICHAMA, CLASSE B, APARENTE ENTERRADO NO INDICAMENTO DE PROFUNDIDADE, ESCALA: A 43/45.

FIAÇÃO

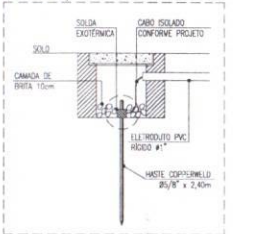
- INDICAÇÃO DE FASE, NEUTRO, RETORNO E TERRA REPERTORIAMENTO, CONDUTOR TIPO ANTICHAMA, CLASSE DE ISOLAMENTO 700KV, ISOLAÇÃO EM PVC 2º, INDICAMENTO CLASSE 5, FASE: PRIMÁRIA, FCP, SE OU EQUIVALENTE TÉCNICO, COM MEMÉRIA PARA A FASE "Y", PRETA PARA A FASE "F", BRANCO PARA A FASE "C", AZUL CLARO PARA O CONDUTOR NEUTRO, AMARELO PARA O RETORNO E VERDE OU VERDE-AMARELO PARA O CONDUTOR DE PROTEÇÃO (TERRA). SEÇÃO NOMINAL, QUANDO NÃO INDICADA EM PROJETO, ESCALA: A 43/45.
INDICAMENTO CLASSE 5, FASE: PRIMÁRIA, FCP, SE OU EQUIVALENTE TÉCNICO, CABO COM SEÇÃO DE 12mm² PARA OS CONDUTORES FASE (COM MEMÉRIA PARA A FASE "Y", PRETA PARA A FASE "F", BRANCO PARA A FASE "C", AZUL CLARO PARA O CONDUTOR NEUTRO (COM AZUL CLARO, CABO COM SEÇÃO DE 12mm² PARA O CONDUTOR DE PROTEÇÃO (TERRA) (COM VERDE OU VERDE-AMARELO).



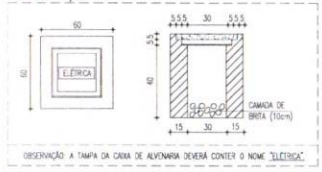
DETALHES DO POSTE "DUPLA T", QUADRO DE COMANDO E VALA DE ATERRAMENTO



DETALHE-MALHA DE ATERRAMENTO escala: s/e



DETALHE-CAIXA DE ALVENARIA 30x30x40cm escala: s/e



DETALHE-SOLDAS EXOTÉRMICAS escala: s/e

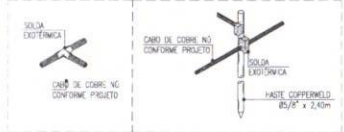


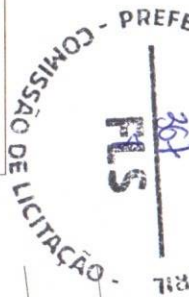
DIAGRAMA UNIFILAR 00 11



1 TRECHO 1.3 ESC.: SEM ESCALA

Table with columns: Descrição, Iluminação, Tensões, PWT, Demanda, Fator, Con, Fase, Prod, C, Fases, A, Dia. Row 1: Iluminação Geral, 11, 110V, 150W, 1800, 1000, 7.5, 1, 16, 10.0, A.

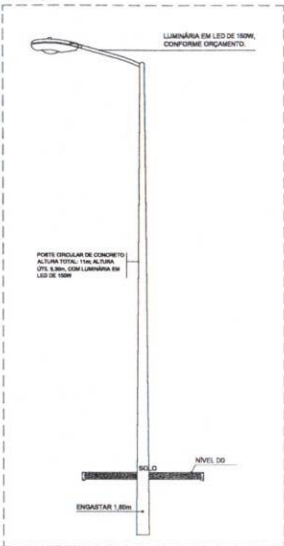
- Notas Gerais
1 - Eletrodutos embutidos no solo serão do tipo rígido roscaável de 1";
2 - A fiação dos circuitos elétricos foi dimensionada considerando a queda máxima de tensão permitida pela ABNT NBR 5410...
3 - Os condutores que interligam as caixas de passagem às luminárias de cada poste serão constituídos de cabo de cobre com isolamento EPR ou PVC de 0,6/1 kv...
4 - Os condutores que interligam as caixas de passagem entre postes serão constituídos de cabo de cobre com isolamento EPR ou PVC de 0,6/1 kv...
5 - Em todo eletroduto subterrâneo, os condutores deverão ser de cobre, classe 0,6/1KV, isolamento em EPR ou PVC, temperatura 90°C.
6 - A seção do condutor neutro é igual ao da fase do circuito, salvo indicação contrária.
7 - Junto a cada poste será instalada uma haste de aterramento para aterramento dos mesmos.
8 - A caixa de Comando e Proteção deverá ser aterrada através de 3 hastes instaladas junto a base do poste onde a mesma será instalada.
9 - Cada uma das derivações será interligada em um quadro no mesmo poste onde será feita tal derivação. Ainda deverá ser instalado no mesmo poste quadro de medição padrão da concessionária local.
10 - Serão instaladas Luminárias de led para iluminação pública 150w, variação 10% potência, temp. de cor: branco frio...
11 - Os braços das luminárias deverão ser instaladas com ângulo de 105° em relação ao poste de modo a ampliar a área a ser iluminada por cada luminária.
12 - Foi previsto no projeto em questão, a escavação de valas com profundidade de 50cm e largura de 30cm para assentamento de eletrodutos, bem como a execução de serviços de reaterro e recuperação do asfalto onde o mesmo sofrer cortes.
13 - As instalações elétricas deverão ser executadas respeitando os padrões de qualidade e segurança estabelecidos na norma NBR5410:2004.



Visualização do projeto assinada pelo Engenheiro Civil CRACK N° 081586436-4.

Project information form including: FOLHA P28/29, PROJETO: URBANIZAÇÃO DAS ENTRADAS DA CIDADE DE TAMBORIL LOCAL: CE 266 - SENTIDO CRATEÚS, TAMBORIL-CE, PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL, DESENHO: COPIA, VISTO: ESCALAS SEM ESCALA, DESENHO(S): PLANTA ELÉTRICA DO TRECHO 13, DETALHE(S):

DETALHE - POSTE
escala: s/e



LEGENDA

ILUMINAÇÃO

- POSTE DE CONCRETO DUPLO "T", RESISTÊNCIA NOMINAL DE 150kg, ALTURA TOTAL 11,14m, PESO APROXIMADO DE 475kg.
- POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, RESISTÊNCIA NOMINAL DE 200kg, ALTURA TOTAL 11,14m, ALTURA ÚTIL 9,30m, PESO APROXIMADO DE 750kg, COM LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE 150W.

QUADROS E CAIXAS

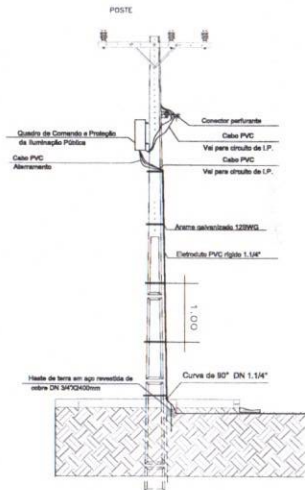
- CAIXA METÁLICA COM TAMPA DE POLICARBONATO PARA MEDIDOR, TERMOELÉTRICO, PAINEL DELE.
- CAIXA DE PROTEÇÃO EM ALVENARIA, DIMENSÕES INTERIORES 30x30x40cm, FUNDO EM 10cm DE BETA COM O NOME TELEGRÁFICO INSCrito NA TAMPA, CONFORME SOLIC.

ELETRODUTOS

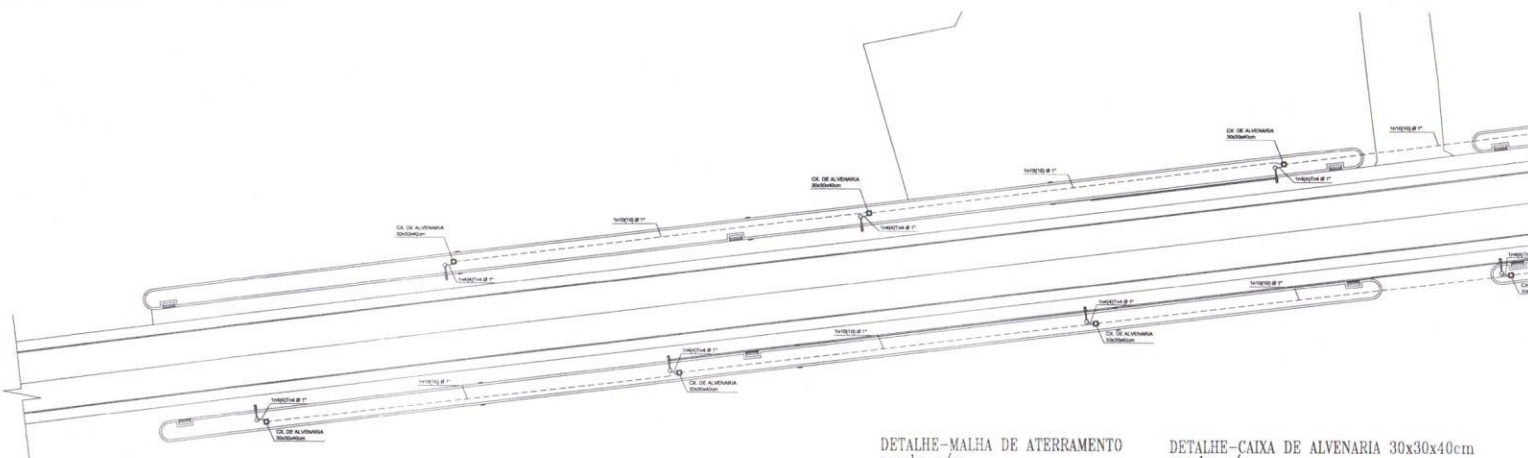
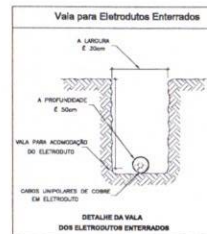
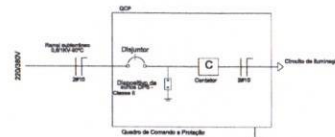
- ELETRODUTO EM PVC RÍGIDO RESISTENTE, ANTONOM, CLASSE B, ISOLADO EM LATEX OU ALUMINUM, FASE, TENSÃO, NÚMERO, DATA OU EQUIVALENTE TÉCNICO, SEÇÃO NOMINAL, QUANDO NÃO INDICADA EM PROJETO, SEÇÃO A 45/4".
- ELETRODUTO EM PVC RÍGIDO RESISTENTE, ANTONOM, CLASSE B, APARENTE FINADO NO MOVIMENTO, FASE, TENSÃO, NÚMERO, DATA OU EQUIVALENTE TÉCNICO, SEÇÃO NOMINAL, QUANDO NÃO INDICADA EM PROJETO, SEÇÃO A 45/4".
- ELETRODUTO EM PVC RÍGIDO RESISTENTE, ANTONOM, CLASSE B, ISOLADO NO FIO, FASE, TENSÃO, NÚMERO, DATA OU EQUIVALENTE TÉCNICO, SEÇÃO NOMINAL, QUANDO NÃO INDICADA EM PROJETO, SEÇÃO A 45/4".
- ELETRODUTO QUE SÓBE.

FIATÇÃO

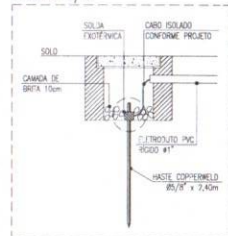
- INDICAÇÃO DE FASE, NEUTRO, RETORNO E TERRA RESPECTIVAMENTE, CONDIÇÃO TIPO ANTONOM, CLASSE DE ISOLAMENTO 1500V, ISOLADO EM PVC 37, ENCRUAMENTO CLASSE 3, FASE, RETORNO, TENSÃO, SE OU EQUIVALENTE TÉCNICO, COM NÚMERO PARA A FASE "N", PARA A FASE "T", PARA A FASE "R", PARA A FASE "S", PARA A FASE "C", PARA A FASE "B", PARA A FASE "A", PARA O CONDUTOR NEUTRO, MARCADO PARA O RETORNO E VÍDEO DO VÍDEO MARCADO PARA O CONDUTOR DE PROTEÇÃO (TERRA), SEÇÃO NOMINAL, QUANDO NÃO INDICADA EM PROJETO, SEÇÃO A 25/4".
- ENCRUAMENTO CLASSE 3, FASE, FIBRADA, FASE OU EQUIVALENTE TÉCNICO, CABO COM SEÇÃO DE 10" mm² PARA OS CONDUTORES DE FASE, CABO FIBRADO PARA A FASE "N", PARA A FASE "T", PARA A FASE "R", PARA A FASE "S", PARA A FASE "C", PARA A FASE "B", PARA A FASE "A", PARA O CONDUTOR NEUTRO, CABO COM SEÇÃO DE 10" mm² PARA O CONDUTOR DE PROTEÇÃO (TERRA) (COM VÍDEO DO VÍDEO MARCADO).



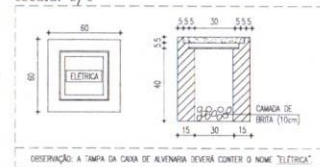
DETALHES DO POSTE "DUPLO T", QUADRO DE COMANDO E VALA DE ATERRAMENTO



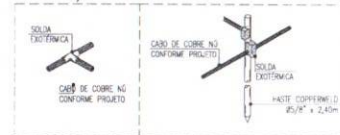
DETALHE-MALHA DE ATERRAMENTO
escala: s/e



DETALHE-CAIXA DE ALVENARIA 30x30x40cm
escala: s/e



DETALHE-SOLDAS EXOTÉRMICAS
escala: s/e



1 TRECHO 14
ESC.: SEM ESCALA



Notas Gerais

- 1 - Eletrodutos embutidos no solo serão do tipo rígido roscável de 1".
- 2 - A fiação dos circuitos elétricos foi dimensionada considerando a queda máxima de tensão permitida pela ABNT NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão com base na distância crítica entre a alimentação e o poste mais distante, considerando as perdas de tensões em cada trecho.
- 3 - Os condutores que interligaram as caixas de passagem às luminárias de cada poste serão constituídos de cabo de cobre com isolamento EPR ou PVC de 0,6/1 kv com seção de 4,0 mm².
- 4 - Os condutores que interligaram as caixas de passagem entre postes serão constituídos de cabo de cobre com isolamento EPR ou PVC de 0,6/1 kv com seção de 10,0 mm².
- 5 - Em todo eletroduto subterrâneo, os condutores deverão ser de cobre, classe 0,6/1kv, isolamento em EPR ou PVC, temperatura 90°C.
- 6 - A seção do condutor neutro é igual ao da fase do circuito, salvo indicação contrária.
- 7 - Junto a cada poste será instalada uma haste de aterramento para aterramento dos mesmos.
- 8 - A caixa de Comando e Proteção deverá ser aterrada através de 3 hastes instaladas junto a base do poste onde a mesma será instalada.
- 9 - Cada uma das derivações será interligada em um quadro de comando e proteção da iluminação pública, instalada no mesmo poste onde será feita tal derivação. Ainda deverá ser instalado no mesmo poste quadro de medição padrão da concessionária local.
- 10 - Serão instaladas Luminárias de led para iluminação pública 150w, variação 10% potência, temp. de cor: branco frio jrc > 70, tensão de entrada: nível, fator de potência: > 0,95, proteção contra surto: 10kV, vida útil: mínimo 50.000h, índice de proteção (ip): mínimo ip 66, fluxo luminoso: mínimo 17.250 lm, corpo: carcaça de alumínio ou aço e ângulo de projeção de iluminação de 125°.
- 11 - Os braços das luminárias deverão ser instaladas com ângulo de 105° em relação ao poste de modo a ampliar a área a ser iluminada por cada luminária.
- 12 - Foi previsto no projeto em questão, a escavação de vaas com profundidade de 50cm e largura de 30cm para assentamento de eletrodutos, bem como a execução de serviços de reaterro e recuperação do asfalto onde o mesmo sofrer cortes.
- 13 - As instalações elétricas deverão ser executadas respeitando os padrões de qualidade e segurança estabelecidos na norma NBR5410:2004.

VISUALIZAÇÃO 3D

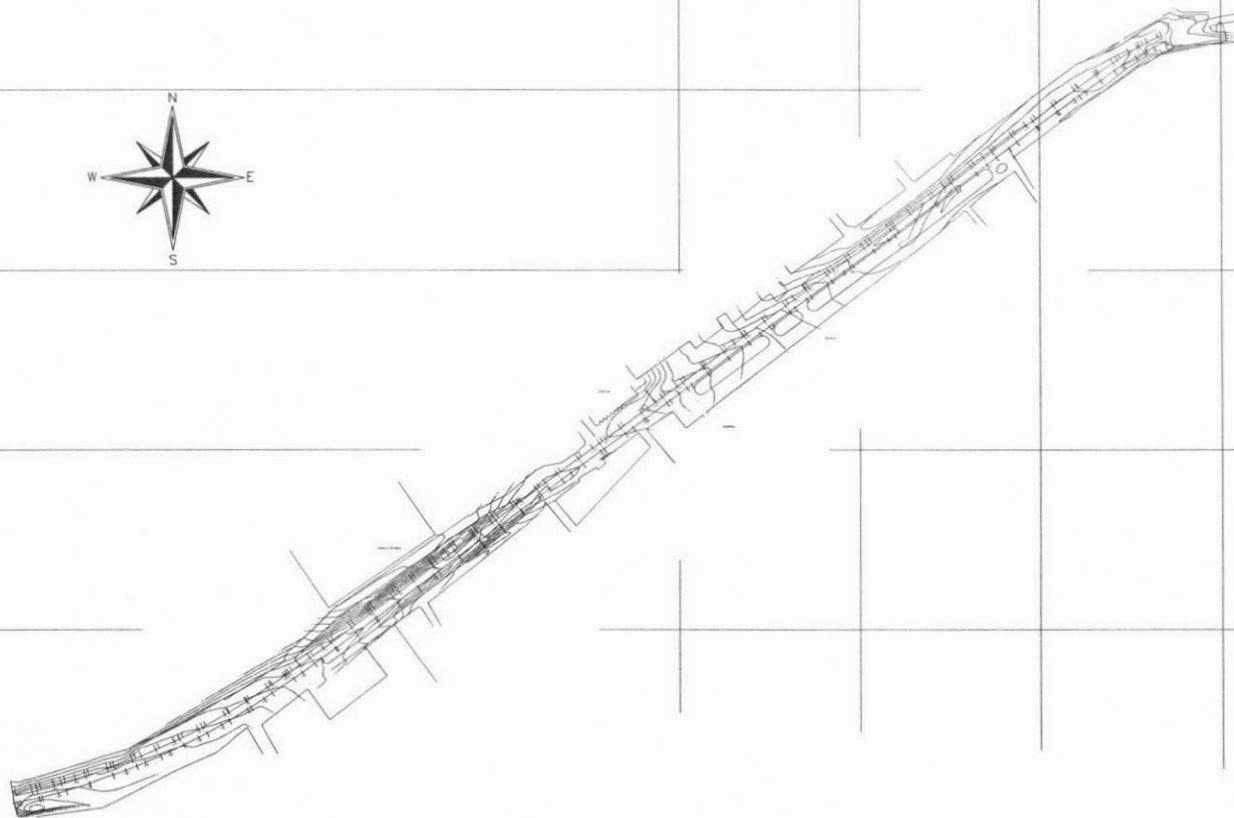
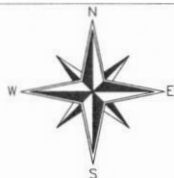
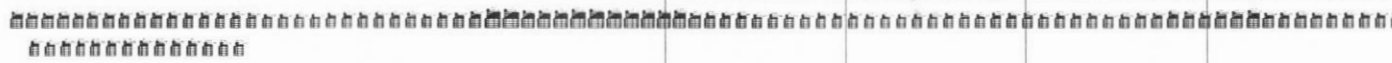
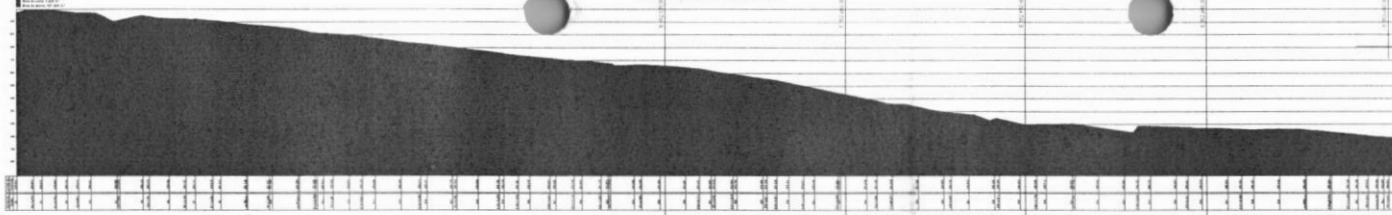


PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL

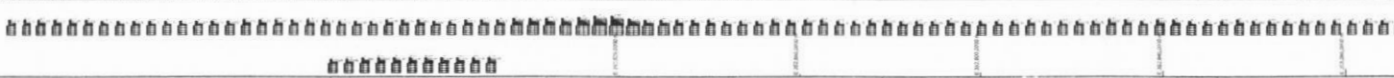
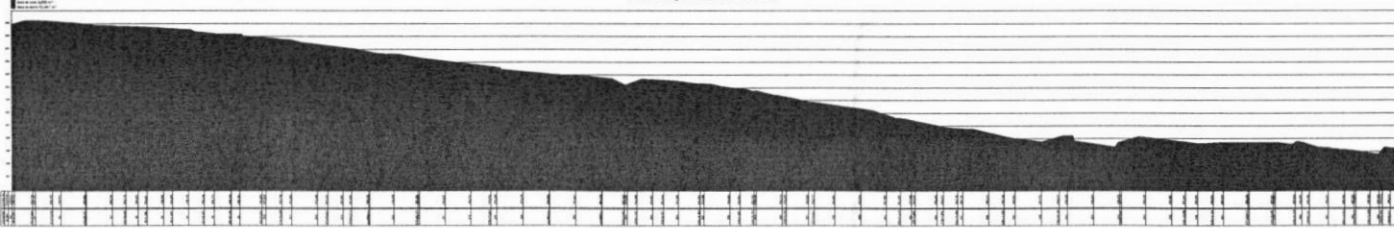
PROJETO:

FOLHA P29 7/29	PROJETO: URBANIZAÇÃO DAS ENTRADAS DA CIDADE DE TAMBORIL LOCAL: CE 266 - SENTIDO CRATEÚS, TAMBORIL-CE PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL
DESENHO CÓPIA VISTO	RESPONSÁVEL RUBRICA
ESCALAS SEM ESCALA	DESENHO(S) PLANTA ELÉTRICA DO TRECHO 14 DETALHES
	RESPONSÁVEL: DATA NÚMERO DE REGISTRO: 122233

Perfil Longitudinal TRECHO 01



Perfil Longitudinal TRECHO 02



Convenções topográficas NBR 13133

	Contorno
	Centro de Rodovia
	Borda de Rodovia
	Alcobaça
	Canal de Drenagem
	Canal de Drenagem com Declividade
	Canal de Drenagem com Declividade e Direção de Fluxo
	Canal de Drenagem com Declividade, Direção de Fluxo e Profundidade
	Canal de Drenagem com Declividade, Direção de Fluxo, Profundidade e Largura
	Canal de Drenagem com Declividade, Direção de Fluxo, Profundidade, Largura e Material
	Canal de Drenagem com Declividade, Direção de Fluxo, Profundidade, Largura, Material e Vegetação
	Canal de Drenagem com Declividade, Direção de Fluxo, Profundidade, Largura, Material, Vegetação e Declividade
	Canal de Drenagem com Declividade, Direção de Fluxo, Profundidade, Largura, Material, Vegetação, Declividade e Largura
	Canal de Drenagem com Declividade, Direção de Fluxo, Profundidade, Largura, Material, Vegetação, Declividade, Largura e Material
	Canal de Drenagem com Declividade, Direção de Fluxo, Profundidade, Largura, Material, Vegetação, Declividade, Largura, Material e Vegetação
	Canal de Drenagem com Declividade, Direção de Fluxo, Profundidade, Largura, Material, Vegetação, Declividade, Largura, Material, Vegetação e Declividade
	Canal de Drenagem com Declividade, Direção de Fluxo, Profundidade, Largura, Material, Vegetação, Declividade, Largura, Material, Vegetação, Declividade e Largura

ESCALA

Informações de Coordenadas
PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA
DE MERICATOR - UTM
SUR - ELIPSOIDE OR
MC - MERIDIANO

VERTICE PONTO OR
LATITUDE OR
LONGITUDE OR

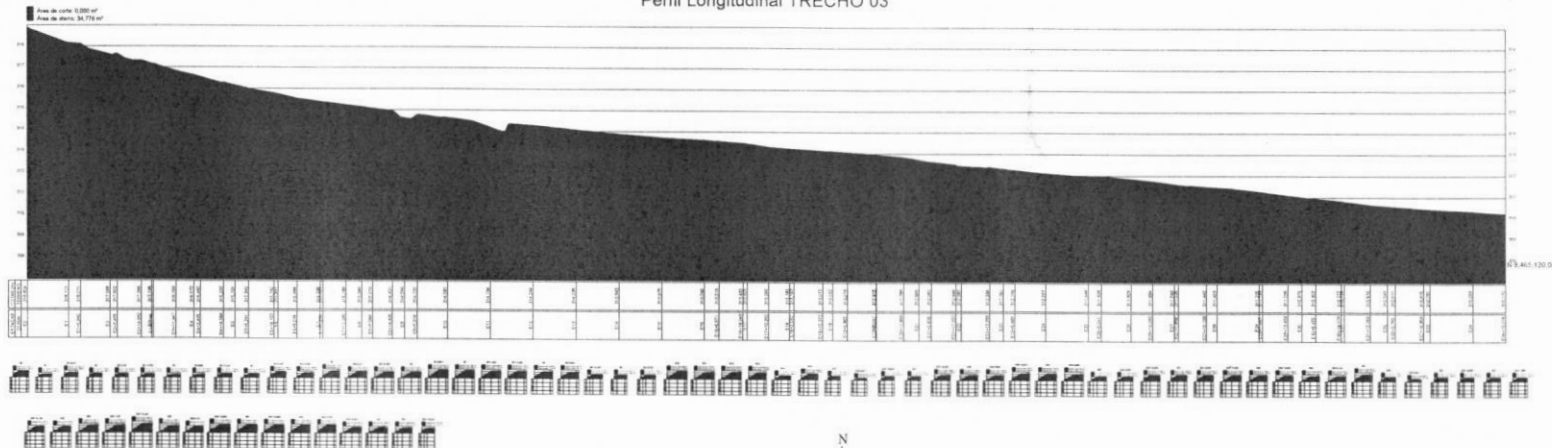


[Handwritten Signature]

PROJETA

FORMA		PROJETO REABILITAÇÃO DA VIA PRINCIPAL DO MUNICÍPIO DE TAMBORIL - CE	
01		LOCAL: MUNICÍPIO DE TAMBORIL - CE	
/03		PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL - CE	
RESPONSÁVEL		RUBRICA	
DESENHO		PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL - CE	
CÓPIA			
VISTO			
ESCALAS		TERRAPLENAGEM	
CONFORME			
INDICADO			

Perfil Longitudinal TRECHO 03



Convenções topográficas NBR 13133

	Contorno de Nível		Rodovia
	Via de Acesso		Área de Projeção
	Marco Implantado		Virtual
	Ponto Levantado		

Informações de Coordenadas
 PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA
 DE MERCATOR - UTM
 SGR - ELIPSOIDE_OR
 MC MERIDIANO

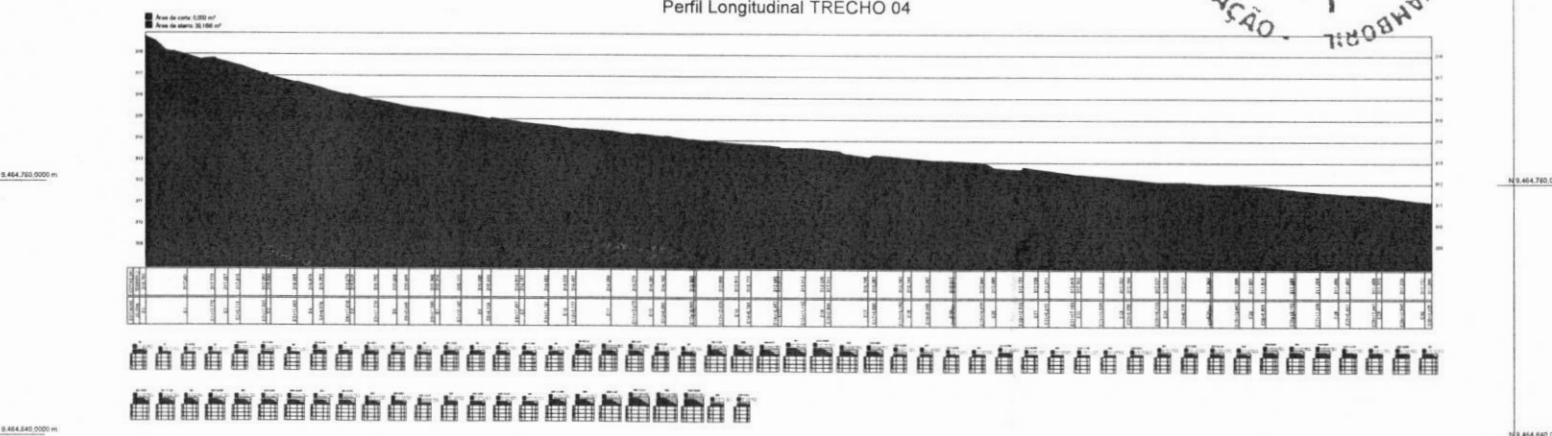
VÉRTICE PONTO OR
 Lat.: LATITUDE_OR
 Long.: LONGITUDE_OR

LEGENDA

	Contorno de Nível
	Rodovia
	Via de Acesso
	Área de Projeção
	Marco Implantado
	Ponto Levantado
	Virtual



Perfil Longitudinal TRECHO 04



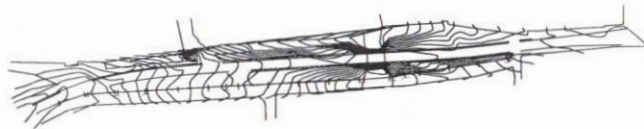
Handwritten signature
 CARLOS ALBERTO JUNIOR
 ENGENHEIRO CIVIL
 CREA Nº 161950/36-4

PROJETISTA

FOLHA	02	PROJETO REVITALIZAÇÃO DA VIA PRINCIPAL DO MUNICÍPIO DE TAMBORIL/CE
LOCAL	/03	MUNICÍPIO DE TAMBORIL/CE
PROPOSTANTE		PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL - CE
RESPONSÁVEL		
DESENHO		
CÓPIA		
VISTO		
ESCALAS	DESENHO(S)	TERRAPLENAGEM
CONFORME	INDICADO	
RESPONSÁVEL	DATA	
SIGNATURE		04/12/2023

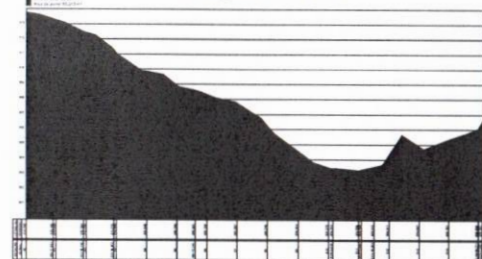
E 352.920,0000 m

E 353.260,0000 m



N 9.465.600,0000 m

Perfil Longitudinal TRECHO 05



N 9.465.260,0000 m

N 9.465.260,0000 m

E 352.920,0000 m

E 353.260,0000 m



MANOEL CAVALCANTE A. JUNIOR
ENGENHEIRO CIVIL
CREA Nº 011590418-4

PROJETISTA

FOLHA 03 /03	PROJETO: REVITALIZAÇÃO DA VIA PRINCIPAL DO MUNICÍPIO DE TAMBORIL/CE		PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL - CE
	LOCAL: MUNICÍPIO DE TAMBORIL/CE		
	PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL - CE		
	RESPONSÁVEL	RUBRICA	TERRAPLENAGEM
DESENHO			
CÓPIA			
VISTO			
ESCALAS CONFORME INDICADO	DESENHO(S) 01 - PLANTA GEORREFERENCIADA TAMBORIL - SUCESSO - TRECHO 05 02 - PERFIL LONGITUDINAL DE CORTE E ATERRO TAMBORIL - SUCESSO - TRECHO 05		RESPONSABILIDADE
			NÚMERO DE REGISTRO
			DATA
			04/12/2023



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE20231327328

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

SUBSTITUIÇÃO à
CE20231268765

1. Responsável Técnico
MAURO CAVALCANTE ALVES JUNIOR
Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: 0619904364
Registro: 353111CE

2. Dados do Contrato
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL**
RUA GERMINIANO RODRIGUES DE FARIAS
Complemento: _____ Bairro: **SÃO PEDRO**
Cidade: **TAMBORIL** UF: **CE**

CPF/CNPJ: 07.705.817/0001-04
Nº: S/N

CEP: **63750000**
ART Vinculada: **CE20231177314**

Contrato: **Não especificado** Celebrado em: _____
Valor: **R\$ 2.587,46** Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**
Ação Institucional: **NENHUMA - NÃO OPTANTE**

3. Dados da Obra/Serviço
RUA GERMINIANO RODRIGUES DE FARIAS Nº: S/N
Complemento: _____ Bairro: **SÃO PEDRO**
Cidade: **TAMBORIL** UF: **CE** CEP: **63750000**
Data de Início: **21/08/2023** Previsão de término: **01/09/2023** Coordenadas Geográficas: **-4.82834, -40.31843**
Finalidade: **Outro** Código: **Não Especificado**
Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL** CPF/CNPJ: **07.705.817/0001-04**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
14 - Elaboração		
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #1.1.1.5 - EM OUTROS MATERIAIS	3.991,09	m2
80 - Projeto > ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #11.10.1.2 - PARA FINS COMERCIAIS	3.991,09	m2
35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #1.1.1.5 - EM OUTROS MATERIAIS	3.991,09	m2
35 - Elaboração de orçamento > ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #11.10.1.2 - PARA FINS COMERCIAIS	3.991,09	m2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações
REVITALIZAÇÃO DA VIA PRINCIPAL DO MUNICÍPIO DE TAMBORIL/CE.

6. Declarações
- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe
NENHUMA - NÃO OPTANTE

8. Assinaturas
Declaro serem verdadeiras as informações acima
TAMBORIL, 07 de **DEZEMBRO** de 2023
Local data
MAURO CAVALCANTE ALVES JUNIOR - CPF: 072.019.553-57
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL - CNPJ: 07.705.817/0001-04

9. Informações
* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor
Valor da ART: **R\$ 96,62** Registrada em: **07/12/2023** Valor pago: **R\$ 96,62** Nosso Número: **8216577080**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: CbCA3
Impresso em: 07/12/2023 às 14:27:19 por: , ip: 191.7.221.82





CONVÊNIO Nº 110/2023
PROCESSO Nº 11104092/2023
MAPP: 2472

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM
SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS – SOP E O
MUNICÍPIO DE TAMBORIL – CE, PARA OS FINS QUE
ABAIXO SE DECLARA:

A SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS – SOP, inscrita no CNPJ sob o nº 33.866.288/0001-30, neste ato representada por seu Superintendente, **ENG.º FRANCISCO QUINTINO VIEIRA NETO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 82758SSSP/CE e inscrito no CPF sob o nº 144.324.043-53, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua Professor Jacinto Botelho, nº 290, apto 502, bairro Guararapes, doravante denominado **CONCEDENTE** e, de outro, o **MUNICÍPIO DE TAMBORIL – CE**, inscrito no CNPJ sob o nº 07.705.817/0001-04, cuja Prefeitura está localizada na Rua Germiniano Rodrigues de Farias, s/n, Bairro São Pedro, doravante denominado **CONVENENTE**, representado neste ato pelo prefeito municipal, **SR. LUIZ MARCELO MOTA LEITE**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 8925.522.093-87, residente e domiciliado na cidade de Tamboril – CE, na Rua Gal. Antônio de Sampaio, nº 555, Centro, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

Com fundamento no que dispõe na Constituição Federal; Constituição do Estado do Ceará; Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, e suas alterações; na Lei Complementar Estadual nº 119, de 28/12/2012, e suas alterações; no Decreto Estadual nº 32.811, de 28 de setembro de 2018, e suas alterações; bem como em outros instrumentos legais pertinentes, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio a **EXECUÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO DA ENTRADA NO MUNICÍPIO DE TAMBORIL – CE**, em conformidade com o Plano de Trabalho e seus Anexos, aprovado pelo Concedente, elaborados para esse fim, projetos, orçamentos e demais elementos consubstanciados nos autos do processo em referência, os quais passam a fazer parte integrante do presente instrumento, independentemente de transcrição.



CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DO CONCEDENTE:

- I) aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução do objeto deste Convênio;
- II) transferir os recursos financeiros para execução deste Convênio na forma do cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, observadas a disponibilidade financeira, as normas legais pertinentes, bem como o disposto no regulamento;
- III) prorrogar “de ofício” a vigência deste Convênio quando houver atraso na liberação dos recursos motivado pelo CONCEDENTE através de apostilamento, limitada, a prorrogação, ao exato período do atraso verificado;
- IV) orientar, coordenar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução deste Convênio diretamente ou por meio de órgão próprio, conforme o disposto na Lei Complementar Estadual nº 119, de 28/12/2012, e alterações, e na forma do regulamento;
- V) dar publicidade da íntegra deste Convênio e de seus possíveis aditivos e apostilamentos, conforme o disposto na Lei Complementar Estadual nº 119, de 28/12/2012, e alterações;
- VI) encaminhar o extrato deste Convênio e de seus possíveis aditivos, para publicação na imprensa oficial;
- VII) dar ciência da assinatura deste Convênio à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, na forma do disposto na Lei Complementar nº 119, de 28/12/2012, e alterações;
- VIII) designar os responsáveis pelo acompanhamento e pela fiscalização deste Convênio;
- IX) analisar a prestação de contas final deste Convênio, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de apresentação desta pelo CONVENENTE;
- IX) instaurar Tomada de Contas Especial, na forma e de acordo com as situações previstas na Lei Complementar n.º 119, de 28/12/2012, e alterações.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DO CONVENENTE:

- I) Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto a que alude este Convênio, observando prazos, custos, metas a serem atingidas, as etapas ou fases de execução, o plano de aplicação dos recursos financeiros, o cronograma de desembolso e a previsão de início e fim da execução do objeto, previstos no Plano de Trabalho.
- II) Designar profissional habilitado e com experiência necessária ao acompanhamento e controle





das obras e serviços com a respectiva ART, RRT ou, quando aplicável, TRT da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados;

III) Apresentar à CONCEDENTE declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia;

IV) Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;

V) Exercer, na qualidade de concedente, a fiscalização sobre o CTEF – Contrato de Execução e Fornecimento de Obras ou Serviços ou Equipamentos;

VI) Compatibilizar o objeto do Contrato de Repasse com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;

VII) Responsabilizar-se pela conclusão do empreendimento quando o objeto do Contrato de Repasse prever apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade;

VIII) submeter ao CONCEDENTE quaisquer modificações no Plano de Trabalho, que eventualmente sejam necessárias;

IX) realizar o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho durante a vigência deste Instrumento, observado o disposto na Lei Complementar Estadual nº 119, de 28/12/2012, e alterações;

X) compatibilizar o objeto deste Convênio com as normas e os procedimentos federais, estaduais e municipais de preservação ambiental, quando for o caso;

XI) promover o crédito do recurso financeiro, referente à contrapartida, de acordo com o cronograma de desembolso do Plano de Trabalho e com o disposto na Cláusula Quinta do presente Instrumento;

XII) disponibilizar ao cidadão, na rede mundial de computadores ou, na falta desta, em sua sede, informações referentes à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, conforme o disposto na Lei Complementar Estadual nº 119, de 28/12/2012 e alterações, e na Lei Ordinária Estadual nº 15.175, de 28/06/2012;

XIII) movimentar os recursos financeiros liberados pelo CONCEDENTE, bem como a contrapartida



financeira, exclusivamente, na conta específica vinculada a este Convênio, nos casos de pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, mediante ordem bancária, para aplicação no mercado financeiro ou para ressarcimento de valores;

XIV) não utilizar os recursos transferidos pelo CONCEDENTE, inclusive os rendimentos de aplicação no mercado financeiro, bem como os correspondentes a sua contrapartida, em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento, ainda que em caráter de emergência;

XV) aplicar os recursos transferidos pelo CONCEDENTE, bem como a contrapartida financeira, em caderneta de poupança ou em fundos de aplicação lastreados em títulos públicos;

XVI) promover as licitações para a contratação de obras, serviços e aquisição de materiais de acordo com a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, bem como demais normas federais e estaduais em vigor, ou apresentar justificativa, com o respectivo embasamento legal, para sua dispensa ou inexigibilidade;

XVII) atender, nas contratações e aquisições de bens e serviços necessários a execução deste Convênio, aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência e ao disposto na Lei Complementar Federal nº 131, de 27/05/2009, na Lei Ordinária Estadual nº 15.175, de 28/06/2012, bem como na Lei de Diretrizes Orçamentárias Estadual em vigência.

XVIII) utilizar o pregão, preferencialmente na forma eletrônica, na contratação de bens e serviços comuns e, quando não couber, na forma presencial, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 e do Decreto Estadual nº 28.089, de 10/01/2006, devendo a inviabilidade de utilização da forma eletrônica ser devidamente justificada;

XIX) inserir cláusula nos contratos celebrados com terceiros, para execução deste Convênio, que permitam o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE, bem como dos órgãos de controle interno e externo, aos documentos e registros contábeis das empresas convenientes;

XX) restituir ao CONCEDENTE, os saldos financeiros remanescentes deste Convênio, inclusive os provenientes de rendimentos de aplicação financeira, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término de sua vigência ou rescisão;

XXI) devolver ao CONCEDENTE os valores decorrentes de glosas efetuadas no âmbito do acompanhamento e da fiscalização ou da prestação de contas, quando for o caso;

XXII) manter-se adimplente e em situação cadastral regular durante todo o prazo de vigência deste Convênio;



XXIII) propiciar, no local da execução do objeto deste Convênio, os meios e as condições necessárias para que o CONCEDENTE possa realizar supervisões;

XXIV) assegurar o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, bem como dos servidores dos Sistemas de Controle Interno e Externo, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos, processos e documentos relacionados, direta ou indiretamente, com o Instrumento pactuado, bem como prestar a estes todas e quaisquer informações solicitadas, quando em missão de acompanhamento, fiscalização ou auditoria;

XXV) manter atualizado o registro das informações e dos documentos exigidos pelo Decreto Estadual nº 32.811, de 28/09/2018, e suas alterações;

XXVI) manter registros, arquivos e controles contábeis específicos no local onde forem contabilizados os documentos originais fiscais, trabalhistas e equivalentes, comprobatórios das despesas realizadas com recursos do presente Convênio;

XXVII) responsabilizar-se por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

XXVIII) responsabilizar-se por todos os ônus e litígios de natureza trabalhista e previdenciária decorrentes dos recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Convênio;

XXIX) apresentar relatórios sobre a execução física financeira deste Convênio, compatíveis com a liberação dos recursos transferidos, assim como informações sobre o andamento da obra ou serviços e a sua conclusão, aos responsáveis pelo acompanhamento e pela fiscalização e aos órgãos de controle interno e externo;

XXX) a prestação de contas deverá ser apresentada ao CONCEDENTE, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento do prazo da vigência do Convênio;

XXXI) designar preposto para este Convênio;

XXXII) Realizar a movimentação dos recursos financeiros liberados pelo concedente, o que somente poderá ocorrer para atendimento das seguintes finalidades:

- a – Pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho;
- b – Ressarcimento de valores;
- c – Aplicação no mercado financeiro.

XXXIII) Movimentar os recursos da conta específica do Convênio que será efetuada, exclusivamente, por meio de Ordem Bancária de Transferência – OBT, por meio de sistema informatizado próprio.



XXXIV) A movimentação de recursos prevista no item anterior deverá ser comprovada por concorrente mediante a apresentação de extrato bancário da conta específica do instrumento e comprovante de recolhimento dos saldos remanescentes, até 30 (trinta) dias após o término da vigência do convênio ou instrumento congêneres.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo de vigência do presente Convênio será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do presente Instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Havendo atraso na liberação dos recursos previstos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, o prazo deste Instrumento será prorrogado de ofício, pelo CONCEDENTE, pelo exato período do atraso verificado, limitado ao prazo estabelecido na Lei Complementar Estadual nº 119, de 28/12/2012, e alterações.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A prorrogação *de ofício*, de que trata o parágrafo anterior, será efetivada na vigência deste Instrumento e formalizada por meio de apostilamento, sendo divulgada nas ferramentas de transparência previstas na Lei Complementar Federal nº 131, de 27/05/2009, e na Lei Estadual nº 14.306, de 02/03/2009.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor total do presente Convênio é de **R\$ 3.821.281,84** (três milhões, oitocentos e vinte e um mil, duzentos e oitenta e um reais e oitenta e quatro centavos), que correrão à conta do CONCEDENTE e do CONVENIENTE, conforme abaixo discriminados:

I) Recursos do CONCEDENTE: **R\$ 3.758.000,00** (três milhões e setecentos e cinquenta e oito mil reais), à conta de dotação aprovada pela Lei nº 18.430, de 24/07/2023, com a seguinte classificação funcional: 43200007.15.451.341.30030 – Requalificação de Espaços Públicos Urbanos Municipais; Elemento de Despesa: 444042 – Convênios, Acordos e Ajustes; Região: 12 – Sertão dos Crateús; Fonte: 500 – Recurso Ordinário do Tesouro Estadual.

II) Recursos do CONVENIENTE: **R\$ 63.281,84** (sessenta e três mil, duzentos e oitenta e um reais e oitenta e quatro centavos) na forma detalhada no Plano de Trabalho, a título de contrapartida, em recursos financeiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os recursos transferidos pelo CONCEDENTE, enquanto não empregados em sua finalidade, bem como a contrapartida, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança ou em fundos de aplicação financeiras lastreadas em títulos públicos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os recursos deste Convênio serão mantidos, exclusivamente, na conta específica vinculada a este Instrumento – somente sendo permitida movimentação para o pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, mediante Ordem Bancária de Transferência – OBT, para aplicação no mercado financeiro, na forma do parágrafo primeiro da presente cláusula ou para ressarcimento de valores, devendo ser observado, ainda:

- I) os rendimentos das aplicações referidas no parágrafo primeiro desta cláusula serão obrigatoriamente aplicados no objeto do presente Instrumento e estão sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos; e
- II) as receitas oriundas dos rendimentos da aplicação dos recursos no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida devida pelo CONVENENTE.

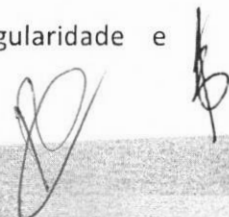
PARÁGRAFO QUARTA – O CONVENENTE deverá comprovar a inclusão em seu orçamento das transferências recebidas do CONCEDENTE, para a execução deste Convênio.

PARÁGRAFO QUINTO – O CONVENENTE deverá comprovar a existência em seu orçamento dos recursos referentes à contrapartida para complementar a execução do objeto deste Convênio;

PARÁGRAFO SEXTO – Os recursos para atender às despesas em exercícios futuros, no caso de investimento, deverão estar consignados no Plano Plurianual do CONVENENTE ou em lei prévia que os autorize.

CLÁUSULA SEXTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – CONCEDENTE transferirá os recursos previstos na Cláusula Quinta, em favor do CONVENENTE, em conta bancária específica (**Banco: Caixa Econômica Federal, Agência: 4372-9, Operação: 006, Conta: 71102-4**); e vinculada ao presente Instrumento, onde serão movimentados, obedecendo ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho, referido na Cláusula Segunda, mediante comprovação de adimplência, regularidade e



comprovação da contrapartida financeira.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os recursos previstos na Cláusula Quinta somente serão liberados pelo CONCEDENTE, e a execução iniciada pelo CONVENENTE, após a publicação da íntegra deste Convênio no Portal da Transparência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É obrigatória a restituição pelo CONVENENTE ao CONCEDENTE de eventual saldo de recursos, inclusive os provenientes das receitas obtidas com as aplicações financeiras realizadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término da vigência ou da rescisão do presente Instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os saldos financeiros remanescentes serão devolvidos observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida;

PARÁGRAFO TERCEIRO – A não devolução dos saldos financeiros remanescentes implicará a inadimplência do CONVENENTE e a instauração de Tomada de Contas Especial.

PARÁGRAFO QUARTO – O CONVENENTE deverá, ainda, restituir ao CONCEDENTE o valor transferido, corrigido monetariamente desde a data do recebimento, pelo índice oficial aplicado à caderneta de poupança ou aos fundos de aplicação financeira, lastreados em títulos públicos, conforme regulamento, nas seguintes hipóteses:

- I) quando o objeto conveniado não for executado;
- II) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

PARÁGRAFO QUINTO – Os valores decorrentes de glosas efetuadas no âmbito do acompanhamento e da fiscalização ou da prestação de contas deverão ser ressarcidos, pelo CONVENENTE ao CONCEDENTE, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação enviada pelo responsável pelo acompanhamento deste Convênio, sob pena de rescisão do Instrumento, inadimplência e instauração de Tomada de Contas Especial.



CLÁUSULA OITAVA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Convênio será, obrigatoriamente, destacada a participação do CONCEDENTE, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 37, da Constituição Federal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Inclui-se nessa obrigação matéria jornalística destinada à divulgação em qualquer veículo de comunicação social, convites, folhetos e impressos em geral, tanto para circulação interna como externa.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O CONCEDENTE estará autorizado a reproduzir o conteúdo do material produzido, indicadas as fontes e os respectivos créditos.

PARÁGRAFO QUARTO – O CONVENIENTE deverá afixar e se responsabilizar pela conservação, até o final da vigência do instrumento, no local da obra ou serviço, placa informativa contendo:

- I) valor da obra ou serviço;
- II) prazo de duração;
- III) empresa que executa a obra ou serviço;
- IV) dizeres de que a obra é custeada em parceria com o Governo do Estado do Ceará;
- V) indicação do órgão ou entidade que celebrou o Convênio.

PARÁGRAFO QUINTO – No caso de compras, o CONVENIENTE deverá afixar no bem adquirido, quando possível, os dizeres de que a aquisição é custeada em parceria com o Governo do Estado do Ceará, bem como a indicação do órgão ou entidade que celebrou o Convênio.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Este Convênio poderá ser alterado por meio de termo aditivo ou apostilamento, durante sua vigência, vedada a alteração do objeto pactuado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As alterações de que trata o parágrafo anterior deverão ser formalizadas por meio de Termo Aditivo, por meio de autorização ou proposição pelo CONCEDENTE, através de solicitação fundamentada do CONVENIENTE ou sua anuência conforme o disposto no art. 35 na Lei



Complementar Estadual nº 119/2012, e alterações, assegurada a publicidade nas ferramentas de transparência e no Diário Oficial do Estado, conforme a referida lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Para celebrar aditivo de valor, o CONVENIENTE deverá estar adimplente e com a situação cadastral regular.

PARÁGRAFO QUARTO – Independentemente de anuência do CONVENIENTE, deverão ser feitas por meio de apostilamento as seguintes alterações:

- I) Prorrogação de Ofício
- II) Classificação orçamentária;
- III) Redesignação de Gestor e/ou Fiscal do instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

PARAGRAFO PRIMEIRO – A execução deste Convênio será acompanhada e fiscalizada pelo CONCEDENTE, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a adequada execução do objeto, sem prejuízo da competência dos órgãos de controle interno e externo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os responsáveis pelo acompanhamento e pela fiscalização poderão, a qualquer momento, solicitar esclarecimentos acerca de quaisquer indícios de irregularidade na aplicação dos recursos transferidos ou sobre outras pendências de ordem financeira, técnica ou legal relacionadas a este Convênio.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Fica designada a gestora **ENG.ª JOVANKA RANGEL FROTA**, Matrícula nº 700191-4, CPF nº 317.348.393-68, como representante do CONCEDENTE, responsável pelo acompanhamento deste Convênio, o qual avaliará os produtos e os resultados da parceria, verificará a regularidade no pagamento das despesas e na aplicação das parcelas de recursos, registrará todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto pactuado, inclusive as apontadas pela fiscalização, e adotará as medidas necessárias ao saneamento das falhas observadas, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

PARÁGRAFO QUARTO – O acompanhamento deste Convênio será realizado com base no Plano de Trabalho e respectivos cronogramas de execução do objeto e de desembolso de recursos.



PARÁGRAFO QUINTO – Diante de quaisquer irregularidades na execução deste Convênio, resultantes do uso inadequado dos recursos transferidos ou de pendências de ordem técnica, o responsável pelo acompanhamento suspenderá a liberação dos recursos e o pagamento das despesas relativas ao presente Instrumento e notificará o CONVENENTE para que adote medidas saneadoras em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação, podendo prorrogar este prazo por igual período.

PARÁGRAFO SEXTO – Não havendo o saneamento da(s) pendência(s), no prazo fixado no parágrafo anterior, o responsável pelo acompanhamento deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, adotar as medidas previstas na Lei Complementar Estadual nº 119/2012 e suas alterações.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O não atendimento, pelo CONVENENTE, ao disposto no parágrafo anterior acarretará a rescisão deste Convênio, a sua inadimplência e a instauração de Tomada de Contas Especial.

PARÁGRAFO OITAVO – O responsável pelo acompanhamento registrará a inadimplência do CONVENENTE, se:

- 1) os saldos financeiros remanescentes não forem devolvidos no prazo de 30 (trinta) dias após o término da vigência ou da rescisão deste Instrumento;
- 2) a prestação de contas não for apresentada conforme cláusula 2ª, II, 24, deste Instrumento;
- 3) a prestação de contas avaliada como irregular;
- 4) o instrumento tiver sido rescindido, na hipótese de não ter efetuado o ressarcimento do valor glosado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 119, de 28/12/2012, e alterações.

PARÁGRAFO NONO – A fiscalização da execução do objeto deste Instrumento será realizada pelo **ENG.º DIEGO DEMÉTRIO TORRES** – Matrícula nº 30000846, CPF nº 913.252.262-20, sendo permitida a contratação de terceiros ou a celebração de parcerias com outros órgãos, para assisti-la ou subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do art. 93 do Decreto



Estadual nº 32.811, de 28/09/2018, e alterações.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Ao responsável pela fiscalização caberá visitar o local da execução do objeto pactuado, atestar a sua execução e comunicar, ao responsável pelo acompanhamento, quaisquer irregularidades detectadas, sem prejuízo de outras ações que se façam necessárias.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O CONCEDENTE proverá as condições necessárias à realização das atividades de acompanhamento e fiscalização deste Convênio, programando visitas e outras diligências ao local da execução do objeto com tal finalidade que, caso não ocorram, deverão ser devidamente justificadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – O CONVENIENTE garantirá o livre acesso aos servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o presente Convênio, não podendo sonegar, a estes servidores, quando investidos na missão de acompanhamento, fiscalização ou auditoria, processos, documentos e informações relativos à parceria, sob pena de irregularidade cadastral.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Os agentes designados para o acompanhamento e para a fiscalização deste Instrumento são responsáveis pelos atos ilícitos que praticarem, respondendo, para todos os efeitos, pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – O CONVENIENTE ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal, se, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação dos responsáveis pelo acompanhamento e pela fiscalização e aos órgãos de controle interno e externo, no desempenho de suas funções institucionais relativas a este Convênio.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Fica facultado ao CONCEDENTE, por meio do fiscal ou do gestor do Convênio, requerer, solicitar ou requisitar documentos, diligências, vistorias ou quaisquer outras medidas que considerem necessárias à comprovação da realização do objeto ou da correta aplicação dos recursos transferidos, não ficando adstrito à redação deste instrumento, mas à Lei, Decretos e princípios do Direito Administrativo.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VEDAÇÃO DE DESPESAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É vedada, conforme art. 25, § 2º, da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, a utilização dos recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada neste Instrumento, ainda que em caráter de emergência e com posterior cobertura, e para pagamento de despesas com:

- I) taxa de administração, de gerência ou similar, salvo as situações específicas previstas em regulamento;
- II) remuneração, a qualquer título, a servidor ou empregado público ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o segundo grau, por serviços de consultoria, assistência técnica, gratificação ou qualquer espécie de remuneração adicional, ressalva das hipóteses previstas na Lei Complementar nº 119/2012 e alterações, em lei específica e na Lei de Diretrizes orçamentárias;
- III) multas, juros ou correção monetária, referente a pagamentos e recolhimentos fora dos prazos, exceto quando decorrer de atraso na liberação de recursos financeiros, motivado exclusivamente pelo órgão ou entidade CONCEDENTE;
- IV) clubes, associações ou quaisquer entidades congêneres, cujos dirigentes ou controladores sejam agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigentes de órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau do gestor do órgão responsável pela celebração deste Instrumento;
- V) publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, relacionadas com o objeto deste Instrumento, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal das autoridades e servidores do CONCEDENTE e do CONVENENTE;
- VI) bens e serviços fornecidos pelo CONVENENTE, seus dirigentes ou responsáveis, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

PARÁGRAFO SEGUNDO – É vedado qualquer tipo de pagamento em desacordo com o disposto na Lei Complementar Estadual nº 119, de 28/12/2012, e alterações.

PARÁGRAFO TERCEIRO – É vedada a aplicação dos recursos transferidos e da contrapartida, no



mercado financeiro, em desacordo com os critérios previstos no parágrafo terceiro da cláusula quinta.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONVENIENTE apresentará ao CONCEDENTE prestação de contas comprovando a boa e regular aplicação dos recursos transferidos por meio deste Convênio, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento da vigência do Convênio, sob pena de inadimplência e instauração de Tomada de Contas Especial, na forma do regulamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A Prestação de Contas observará as normas contidas no Decreto Estadual nº 32.811, de 28/09/2018, contendo elementos que permitam ao gestor do instrumento concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, bem como mediante os seguintes procedimentos:

- I) Apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto;
- II) Devolução do saldo remanescente, quando houver;
- III) Apresentação do extrato da movimentação bancária da conta específica compreendendo o período de vigência do presente instrumento;

PARÁGRAFO TERCEIRO – O CONCEDENTE analisará a prestação de contas no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação pelo CONVENIENTE, sob pena de ficar proibido de celebrar novos Termos de Ajuste ou instrumentos congêneres.

PARÁGRAFO QUARTO – Por ocasião da prestação de contas, o CONCEDENTE emitirá parecer nos termos dos arts. 102 e 103 do Decreto nº 32.811, de 01/10/2018.

PARÁGRAFO QUINTO – A reprovação pelo CONCEDENTE da prestação de contas apresentada pelo CONVENIENTE ensejará a sua inadimplência e a instauração de Tomada de Contas Especial.

PARÁGRAFO SEXTO – As despesas relativas à consecução do objeto pactuado neste Instrumento deverão ser comprovadas mediante documentos fiscais originais emitidos em nome do CONVENIENTE, devidamente identificados com o número deste Convênio.



PARÁGRAFO SÉTIMO – O CONVENIENTE deve manter arquivo, em boa ordem, com os documentos originais que comprovem a execução e a boa e regular aplicação dos recursos recebidos por meio de deste Convênio, os quais permanecerão à disposição do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da apresentação da prestação de contas, se tiver sido aprovada, ou da data de regularização da prestação de contas inicialmente reprovada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Este Convênio poderá ser rescindido, a qualquer tempo, nos seguintes casos:

- I) Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, devendo ser formalmente justificada pela autoridade competente;
- II) Determinada pelo concedente, por meio de ato unilateral, desde que formalmente motivada nos autos do processo, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa, podendo se dar nas seguintes situações:
 - a) descumprimento de qualquer das cláusulas deste instrumento ou das condições estabelecidas no plano de trabalho anexo;
 - b) não utilização dos recursos financeiros até o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da primeira liberação de recursos, paralisação ou atraso do cronograma de execução, injustificados;
 - c) descumprimento da legislação vigente;
 - d) não saneamento de irregularidades na execução deste instrumento, decorrentes do uso inadequado dos recursos e pendências de ordem técnica;
 - e) constatação, a qualquer tempo, de falsidade na documentação apresentada;
 - f) a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial;
 - g) o desatendimento das determinações do servidor designado para acompanhar e fiscalizar o instrumento congênere, assim como as de seus superiores;
 - h) a dissolução, alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura do CONVENIENTE, que prejudique a execução do instrumento;
 - i) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo CONCEDENTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este instrumento;

j) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste instrumento.

III) Em decorrência de determinação judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão deste Convênio implica a antecipação do final da sua vigência trazendo as seguintes consequências para os atos, registros e controles a ele vinculados:

I) alteração nos prazos relativos ao período de execução do objeto;

II) interrupção do Cronograma de Desembolso;

III) interrupção da emissão de OBT, observado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art.87 do Decreto nº 32.811 de 28/09/2018;

IV) interrupção do cronograma de Metas/Etapas de execução do objeto;

V) interrupção do cronograma de monitoramento deste instrumento;

VI) início da contagem dos prazos para apresentação e análise da Prestação de Contas, nos termos do Capítulo I do Título IX do Decreto nº 32.811 de 28/09/2018.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O não ressarcimento, pelo CONVENIENTE, dos valores glosados, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação enviada pelo responsável pelo acompanhamento, ensejará sua inadimplência, a rescisão deste Instrumento e a instauração de Tomada de Contas Especial.

PARÁGRAFO QUARTO – A rescisão por acordo entre os partícipes ou unilateralmente pelo concedente será formalizada por meio da celebração de Termo de Rescisão, que terá eficácia com a publicação de seu extrato, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, no Diário Oficial do Estado e no Portal da Transparência ou nos termos da decisão judicial que a determinou.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DÚVIDAS E DOS CASOS OMISSOS

PARÁGRAFO ÚNICO – As dúvidas suscitadas na execução deste Convênio, bem como os casos omissos, serão dirimidos pelo CONCEDENTE.





CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS COMUNICAÇÕES E REGISTROS DE OCORRÊNCIAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Todas as comunicações relativas ao presente Convênio serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas por ofício, carta protocolada, telegrama, fax ou e-mail.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As comunicações dirigidas ao CONCEDENTE deverão ser entregues na Av. Alberto Craveiro, nº 2775, bairro Castelão, CEP 60.861-211, Fortaleza/Ce ou no endereço eletrônico cadastrado no sistema informatizado de gestão de contratos e Convênios.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As comunicações dirigidas ao CONVENENTE deverão ser encaminhadas para o seu endereço constante no cabeçalho desse instrumento ou para o endereço eletrônico cadastrado no sistema informatizado de gestão de contratos e convênios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONCEDENTE publicará a íntegra deste Convênio na Plataforma Ceará Transparente (www.transparencia.ce.gov.br) e, resumidamente, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, na imprensa oficial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A publicidade da íntegra deste Instrumento no Portal da Transparência antecederá obrigatoriamente a sua publicação resumida na imprensa oficial e conferirá-lhe-á eficácia para fins do início da liberação de recursos financeiros pelo CONCEDENTE e da execução pelo CONVENENTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Considera-se íntegra do Convênio, além do termo de formalização, o respectivo Plano de Trabalho e seus anexos, devidamente datado e assinado pelas partes.

PARÁGRAFO QUARTO – O CONVENENTE deverá disponibilizar ao cidadão, na rede mundial de computadores e em sua sede, informações referentes à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo da prestação de contas a que esteja legalmente obrigado.

PARÁGRAFO QUINTO – O Poder Executivo poderá exigir a qualquer tempo e a seu exclusivo critério que todos os atos das licitações e da respectiva dispensa ou contratação por inexigibilidade, relativos a este Convênio, sejam publicados no Diário Oficial do Estado e na ferramenta estadual de Transparência exigida pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica eleito o foro da cidade de Fortaleza/Ce com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os conflitos decorrentes deste Convênio, que não forem resolvidos administrativamente.

E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e formam, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Fortaleza/Ce, 13 de Dezembro de 2023.

FRANCISCO QUINTINO VIEIRA NETO
SUPERINTENDENTE DA SOP

LUIZ MARCELO MOTA LEITE
PREFEITO DE TAMBORIL – CE

TESTEMUNHAS:


1. Maria Jucilene Silva Lima

CPF: 012.681.773-18


2. Emília Teixeira de Araújo

CPF: 111.408.363-15

